



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639110 - SP (2021/0004495-0)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : TIAGO LEARDINI BELLUCCI  
**ADVOGADO** : TIAGO LEARDINI BELLUCCI - SP333564  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : WESLEY APARECIDO JULIANI  
**CORRÉU** : WAGNER DAL POZZO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WESLEY APARECIDO JULIANI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* n. 2272481-45.2020.8.26.0000).

O paciente foi condenado definitivamente às penas de 5 anos e 10 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 583 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta a nulidade da certidão de trânsito em julgado da sentença condenatória ao argumento de que os advogados intimados não mais representavam o paciente na ocasião, estando ele completamente indefeso, situação que atrai a incidência do enunciado da Súmula n. 523/STF.

Alega, ademais, a inidoneidade dos motivos apresentados pelo Juízo da condenação para afastar a aplicação do redutor do § 4º do art. 33 da Lei Antidrogas e para justificar a imposição do regime inicial fechado.

Assim, requer, liminarmente, a desconstituição do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, bem como a aplicação do redutor do tráfico privilegiado e a fixação do regime prisional mais brando. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente